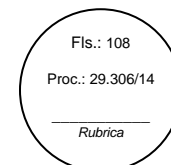




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



Processo nº: 29.306/14

Origem : Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN

Assunto : Representação

Ementa: Representação de empresa. Discussão quanto ao equilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de lei e de alterações em convenção coletiva de trabalho. Decisão nº 5.223/14. Concessão de prazo à SEPLAN/DF para prestar os esclarecimentos.

A instrução sugere o sobrestamento dos autos.

Voto convergente.

RELATÓRIO

Trata-se de Representação da empresa Técnica Construção, Comércio e Indústria Ltda., tratando do tema do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de lei e de alterações em convenção coletiva de trabalho em contrato firmado com a SEPLAN.

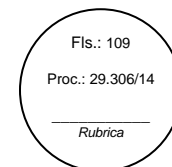
Nos termos da Decisão nº 5.223/14 (fl. 40), o Tribunal deliberou por:

[...] I – com esteio no art. 195, inciso IV, do Regimento Interno do TCDF e no parágrafo primeiro do art. 113 da Lei nº 8.666/93, conhecer da representação; II – autorizar, em conformidade com o § 6º do art. 195 do regimento interno, a ciência desta decisão à SEPLAN, facultando-lhe, no **prazo de 10 (dez) dias**, a apresentação dos esclarecimentos que considerar pertinentes quanto ao mérito da representação; III – autorizar a ciência desta decisão à empresa representante; IV – determinar o retorno dos autos à SEACOMP, para os devidos fins. [...]

A Informação nº 015/2015, da SEACOMP, assim examina a presente fase processual:

5. Em atendimento ao item II da suso deliberação, a Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal – SEPLAN, mediante o Ofício n.º 1038/2014-GAB/SEPLAN (fl. 52), remeteu a documentação de fls. 53/63, bem como a arrolada no Anexo III.

6. Posteriormente, essa Jurisdicionada remeteu a esta Casa o Ofício n.º 1082/2014-GAB/SEPLAN, de 21 de novembro de 2014 (fl. 64), acompanhado dos documentos de fls. 65/79 e do Anexo IV, em substituição aos anteriormente enviados, em razão da retificação da Nota Técnica n.º 013/2014, de fls. 56/63 pela de fls. 68/78.



7. Assim, cumpre verificar nesta oportunidade o cumprimento do item II da Decisão n.º 5.223/2014.

DO ATENDIMENTO DO ITEM II DA DECISÃO N.º 5.223/2014

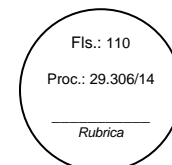
8. Mediante a Nota Técnica n.º 013/2014 (fls. 68/78), elaborada pela Coordenação de Administração de Contratos da Subsecretaria de Administração Geral, a então SEPLAN prestou os seguintes esclarecimentos quanto ao mérito da dita representação, em apertada síntese:

a) Em virtude da edição da Lei Federal n.º 11.901/2009, a empresa contratada solicitou reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato n.º 19/2009-SEPLAG, a partir de 13 de janeiro de 2009, mediante a remessa de planilha reajustada no valor anual de R\$ 1.405.982,72, conforme Carta n.º 005/2009 - vide doc. 02 do Anexo IV - (fl. 70).

b) Próximo à expiração da vigência do referido contrato, foi solicitado da empresa manifestação acerca de interesse na prorrogação da vigência contratual - vide doc. 03 do Anexo IV. A empresa manifestou interesse e apresentou proposta no valor anual de R\$ 1.625.667,20, acrescido da repactuação fundada nos reajustes da convenção coletiva de trabalho de 20 de junho de 2008 (data base 2008/2009, reajuste do piso salarial de 6,88%, sem considerar o item de periculosidade anteriormente solicitado), - vide doc. 04 do Anexo IV. Na sequência, foi apresentada nova proposta de preço com acréscimo do pedido de reequilíbrio (periculosidade) com o da repactuação, no total anual de R\$ 2.007.912,96, - vide doc. 04 do Anexo IV. Após terem sido questionados alguns itens dessa proposta pela Administração, a empresa remeteu outra proposta de preços retificando os itens questionados, passando o valor para R\$ 1.712.240,64, - vide doc. 06 do Anexo IV. Em nova análise, foram constatadas impropriedades relacionadas aos preços dos insumos, com elevação média de alguns componentes em 268%, conforme documento de 25 de março de 2009.

c) Nesse momento, optou-se por priorizar a prorrogação do contrato, até definição dos valores requeridos pela referida empresa de reequilíbrio e repactuação, - vide doc. 07 do Anexo IV. Em 27 de março de 2009, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato - vide doc. 08 do Anexo IV. Em 31 de março de 2009, a empresa contratada apresentou pedido de dissolução do dito contrato, alegando ter sido afetada pelos impactos da crise econômica mundial, - vide doc. 09 do Anexo IV - (fls. 70/72).

d) Nesse momento, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal foi consultada acerca do possível restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato n.º 19/2008-SEPLAC, bem como a aprovação da solicitada minuta da rescisão contratual, - doc. 10 do Anexo IV. Por meio do Parecer n.º 750/2009-PROCAD/PGDF, de 31 de julho de 2009, a Procuradoria-Geral opinou pela impossibilidade da dita pretensão de reequilíbrio, porque a empresa não tinha comprovado a incorporação dos gastos aos custos, - doc. 11 do Anexo IV. Em via de consequência, foi solicitado da empresa que apresentasse documentos probatórios dos gastos suportados por ela, inclusive do pagamento do adicional de



periculosidade. Em razão disso, a Administração apurou os valores corretos e concedeu o acréscimo do adicional de periculosidade e da repactuação CCT 2008 – docs. 12 e 13 do Anexo IV -, (fls. 72/73).

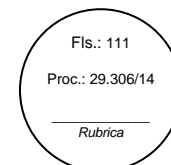
e) Mediante a Carta n.º 007/10, de 10 de fevereiro de 2010, a empresa requereu o pagamento de 24 horas mensais a título de horas extras para cada posto de brigada, em razão da limitação de 36 horas semanais por posto de brigada, prevista na Lei n.º 11.901/2009. Em decorrência do pedido estar incompleto, novos documentos foram solicitados, em 25 de maio de 2010, - docs. 14 e 15 do Anexo IV. Depois desse fato, a empresa manifestou-se apenas em **17 de dezembro de 2010**. A Coordenação de Administração de Contratos manifestou-se a respeito somente em **dezembro de 2011**, nos termos da Nota Técnica n.º 29/2011, encontrando divergência nos valores apresentados de R\$ 156.668,88 para R\$ 71.111,09, em cuja oportunidade opinou pelo indeferimento do pleito, o qual foi submetido à PGDF. – docs. 16/18 do Anexo IV -, (fls. 73/75).

f) em 16 de fevereiro de 2012, a Procuradoria-Geral do Distrito Federal emitiu o Parecer n.º 094/2012-PROCAD/PGDF (doc. 19 do Anexo IV), opinando pela impossibilidade jurídica da concessão do reembolso, a título de reequilíbrio financeiro do contrato, referente ao pagamento de horas extras aos brigadistas, em razão, primeiro, de manifestação da Unidade de Coordenação e Administração de Contratos e Convênios da SEPLAN, que apontou divergências quanto aos valores pleiteados pela empresa, e, segundo, da intempestividade do pedido de reembolso, porque o Contrato n.º 19/2008 havia expirado em 27 de março de 2010, impedindo assim a aplicação de efeitos retroativos, segundo entendimento da Súmula n.º 02-TCDF (fl. 75).

g) Por meio da Carta n.º 46/2012, a empresa ingressou com pedido de reconsideração e revisão do Parecer n.º 094/2012-PROCAD/PGDF (doc. 20 do Anexo IV), alegando ter requerido o reembolso das horas extras em tempo hábil, nos termos da Carta n.º 007, de 12 de fevereiro de 2010. O pedido foi submetido à apreciação e manifestação da AJL/SEPLAN, que se pronunciou nos do Despacho n.º 062/2014 (fls. 638/644 do Processo n.º 410.000.658/2011), no sentido de que a empresa não apresentou nenhum fato novo suficiente para alterar o entendimento proferido pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (doc. 21 do Anexo IV), fls. 75/76.

h) De passagem, constituem pressupostos do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a vigência contratual e a demonstração do desequilíbrio, ou seja, a onerosidade excessiva suportada. Nesse mister, a empresa não foi diligente, porquanto lhe competia o ônus da prova em tempo hábil. Registre-se que para a comprovação dos primeiros pedidos de reequilíbrio do adicional de periculosidade e de repactuação do CCT2008/2009, a empresa levou 10 meses para pleiteá-los (fl. 76).

i) Todos os pedidos da empresa foram objeto de análise, mesmo depois de expirado o contrato, em 27 de março de 2010. Contudo, os documentos apresentados por ela foram insuficientes e inconsistentes, não logrando demonstrar os gastos de horas extras que alegou ter suportado com o advento da Lei n.º 11.901/2009. À época pleiteou R\$



156.668,88, sem demonstrá-lo, e atualmente insiste em reivindicar R\$ 150.000,00. Por fim, esclareça-se que o Contrato n.º 19/2008 expirou em 27/03/2010, e outra contratação foi celebrada com a mesma empresa, por haver se sagrada vencedora em nova licitação, consoante Pregão Eletrônico n.º 326/2009-CECOM/SUPRI/SEPLAG. O novo Contrato n.º 06/2010 ainda está vigente (doc. 22 do Anexo IV), fls. 76/77.

j) Por fim, ressalte-se que tratam de duas distintas contratações e sobre as quais não se pode estabelecer relação de continuidade. Por isso, resta patente a legalidade dos atos praticados pela Administração, vez que os pedidos tempestivos de reequilíbrio econômico-financeiro da empresa foram regularmente examinados, levando-se em conta os pressupostos e requisitos para a concessão, em cuja oportunidade foram rejeitadas as inconsistências levantadas, à luz das orientações emanadas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (fl. 78).

9. Em síntese, a manifestação da então SEPLAN pugna pela legalidade de seus atos, baseados nas orientações da PGDF. Abstrai-se dos suso esclarecimentos que a empresa logrou êxito, em parte, no restabelecimento dos alegados efeitos de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato n.º 19/2008-SEPLAG, em razão da edição da Lei Federal n.º 11.901/2009 e da convenção coletiva de trabalho da categoria referente à data base de 2008/2009.

10. Ao final, a controvérsia passou a girar em torno do pagamento das horas extras mensais geradas a partir da vigência da Lei n.º 11.901/2009, uma vez que reduziu a jornada de trabalho dos brigadistas de 44 horas para 36 horas semanais (turno de 12 x 36), afetando, por sua vez, a planilha de custos do dito contrato.

DA ANÁLISE

11. Inicialmente, após exame da documentação ora juntada aos autos, cabe registro da manifestação da Subsecretaria de Logística da então SEPLAN, de 31 de março de 2014, opinando pela legitimidade do pleito objeto da presente representação, nestes termos (fls. 159/166 do Anexo IV), cuja transcrição é feita para melhor compreensão do tema, *in verbis* (fls. 162/166):

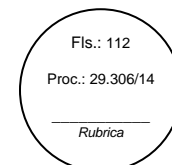
[...]

A Douta Procuradoria na posse do processo n.º 410.000.658/2011 exarou entendimento de que a empresa teria proposto intempestivamente o instituto de reequilíbrio econômico financeiro do contrato, mas ao observar todos os processos referentes à licitação e execução do Contrato n.º 19/2008, verifica-se que as informações enviadas à Procuradoria do GDF foram incompletas, o que pode ter levado ao entendimento expresso no parecer da PROCAD.

Inconformada com o parecer da Procuradoria, a empresa acostou aos autos cópia da Carta n.º CT 007/10 enviada à SEPLAC – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão no dia 12 de fevereiro de 2010, dentro



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



do prazo de vigência contratual, anexada ao processo n.º 410.007.554/2007, requerendo o reequilíbrio financeiro do contrato, conforme os termos já citados.

Observa-se que o pedido de reequilíbrio financeiro do contrato foi formulado tempestivamente pela empresa e concedido em sua maioria pelo GDF, o qual reconheceu as diferenças salariais das Convenções Coletivas de 2008/2009 e 2009/2010, a diferença de 30% do adicional de periculosidade definido pelo advento da Lei 11.901/2009 e parte das 24 horas extras mensais por brigadista requerida.

Faz-se necessário observar que, segundo o entendimento exarado pelo Código Civil ocorre a prescrição quando o titular da pretensão não a exerce nos prazos previstos nos artigos 205 e 206 do Código Civil, e, não estando vencido o prazo haverá suspensão prescricional – art. 199, inciso II, do Código Civil – *in verbis*:

“Art. 199 Não corre igualmente a prescrição:

I – (...);

II – não estando vencido o prazo;”

A situação apresentada nos autos remete-se ao inciso II do art. 199, do Código Civil, em que a prescrição é suspensa em razão da parte ter agido quando o prazo ainda não se encontrava vencido. Não há no caso que se falar em intempestividade porque o pedido de reequilíbrio financeiro do contrato foi formulado dentro da vigência contratual nos autos do processo n.º 410.007.554/2007 e, reconhecido pela Administração Pública.

Ressalte-se que o requerimento analisado pela Douta Procuradoria refere-se apenas ao pagamento da parte controversa das horas extras devidas aos brigadistas, portanto, não se trata de novo pedido ou de nova demanda, que se assim fosse ensejaria a análise prescricional.

O processo n.º 410.000.658/2011 surge com o objetivo de discutir apenas as 12 horas extras mensais por brigadistas não reconhecidas nos autos do processo principal, qual seja o de n.º 410.007.554/2007, tendo em vista a concessão da maior parte do pedido. Frise-se que a empresa por meio da Carta n.º CT 068/10, fl. 02 do processo n.º 410.000.658/2011, apenas reiterou o pedido na parte não reconhecida do pagamento das horas extras mensais por brigadista trabalhada, em razão do advento da Lei Federal 11.901/2009, que limitou em 36 horas semanais o período de trabalho por profissional.

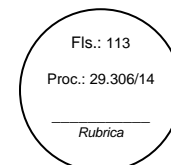
Discute-se o ressarcimento do valor restante, referente às 12 horas extras mensais por brigadista, que não fora abarcado no pagamento da empresa, quando da concessão do reequilíbrio financeiro do contrato, apesar da demonstração por meio das planilhas anexadas aos autos do exercício laboral destas pelos trabalhadores.

Vejamos!

Vislumbra-se no exame cuidadoso das normas, da quantidade de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



brigadistas por posto e a obrigatoriedade de atender o mínimo exigido fora do horário de funcionamento das atividades desenvolvidas na edificação, que cada brigadista cumpriu 24 horas extras (12 horas por cada domingo) mensais para não deixar o posto desguarnecido e não apenas as 12 horas extras concedidas pelo Governo do Distrito Federal.

A empresa possuía no contrato n.º 19/2008 10 (dez) postos de brigada sob sua responsabilidade com 04 (quatro) brigadistas diurnos e 04 (quatro) brigadistas noturnos, totalizando 08 (oito) brigadistas por posto.

Considere que os postos devem estar em operação nos 07 (sete) dias da semana e que nos postos de brigada devem ter fora do horário de funcionamento 02 brigadistas diurnos e 02 brigadistas noturnos, conforme a Norma Técnica nº 07/2011 emitida pelo CBMDF, a qual determina no item 4.6.3.1 que, *in verbis*:

“Fora do horário de funcionamento das atividades desenvolvidas na edificação é permitida a permanência mínima de 02 (dois) Brigadistas Particulares no local;”

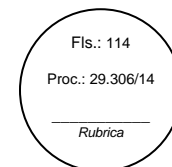
Observe-se que cada posto possuía 08 (oito) brigadistas, 04 (quatro) por turno e cada um com 36 horas semanais ou 03 (três) dias por semana no máximo e, para atender a demanda obrigatória aos domingos, que deve ter no mínimo 02 (dois) brigadistas em exercício por turno, seria necessário que cada brigadista cumprisse 12 horas extraordinárias em (02) dois domingos por mês, totalizando 24 horas extras mensais por trabalhador para o fiel cumprimento na Norma Técnica 07/2011, acima referida.

Ante o exposto, **considera-se que a empresa faz jus ao ressarcimento das 12 horas extras mensais restantes por brigadista, conforme o requerimento de reiteração do pagamento destas a título de reequilíbrio financeiro do contrato concedido a época.**

Verifica-se, ainda, a necessidade da devolução dos autos a PROCAD, com o fim de esta possa apreciar os novos documentos anexados, quanto à questão da intempestividade do pedido de reequilíbrio financeiro do contrato, levando-se em consideração que este fora formulado dentro da vigência do contrato e, os autos resumem-se apenas a parte controversa que não foi paga pelo GDF, por entender que a empresa fazia jus a 50% do solicitado e não ao reequilíbrio financeiro em si.

[...]. (g. n.)

12. Em detrimento da suso manifestação, a Assessoria Jurídico-Legislativa da antiga SEPLAN, em 14 de abril de 2014, posicionou-se contrária, inclusive quanto à remessa do pedido de reconsideração da mencionada empresa à PGDF, por entender que não havia sido apresentado fato novo que possibilitasse a mudança de entendimento daquela Procuradoria-Geral (fls. 168/174 do Anexo IV). Vê-se que a Assessoria Jurídica da então SEPLAN negou o pedido de revisão em nome da PGDF, não assegurando o devido direito ao contraditório, impedindo que o recurso fosse devidamente apreciado no mérito pelo órgão competente, no caso a PROCAD,



responsável pelo Parecer n.º 094/2012-PROCAD/PGDF.

[...]

Assim, não vislumbro a possibilidade de ressarcimento de valores referentes à parcela controversa de horas extras dos brigadistas, posto que, tais custos são de responsabilidade da contratada. Tão pouco resta configurado fato novo que possibilite a mudança do entendimento da douta Procuradoria Geral do Distrito Federal, inclusive sobre a ocorrência de intempestividade do pleito, uma vez que o pedido foi formulado apenas em dezembro de 2010, sendo que o contrato finalizou em março de 2010, fato esse já enfrentado pela PGDF em seu Parecer nº 094/2012 PROCAD/PGDF. (fls. 172/173 do Anexo IV).

[...].

13. Colocado isso, têm-se estas considerações a respeito. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição Federal no inciso XXI do art. 37, como garantia constitucional do contratado, para manter as condições efetivas da proposta, quando ocorrer risco de prejuízo por evento futuro, incerto e excepcional.

[...]

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

[....].

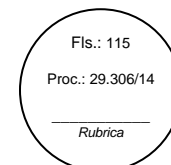
14. Idêntica previsão está contida no art. 65, inciso II, alínea “d”, c/c § 6º, da Lei n.º 8.666/93, que visa restabelecer a relação inicialmente pactuada entre as partes e entre os encargos do contratado e a retribuição da administração, visando a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento.

[...]

Art. 65 Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II – por acordo das partes:



[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

[...]

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

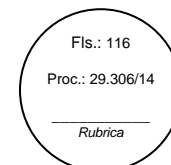
[...].

15. Em cota adicional a essa previsão legal, a doutrina e jurisprudência que regem o direito administrativo também comungam que o contrato pode ser alterado para restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro, no caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, conhecido como “teoria da imprevisão”, que consiste no reconhecimento de que eventos novos, de citada natureza, alteram a relação contratual, e autorizam sua revisão para ajustá-la à situação superveniente.

16. Nesse sentido, uma vez surgido o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o particular deve provocar a Administração para a adoção das providências cabíveis. Uma vez feito, o administrador, segundo Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, deverá, dentre outros elementos do processo, considerar para a concessão do pedido: o requerimento, a demonstração de desequilíbrio, o exame econômico das planilhas, e a análise jurídica do pleito.

17. Por essa via, o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio econômico-financeiro depende da ocorrência de fato posterior a proposta suficiente para agravar as partes contratantes, conforme dispõe o mencionado art. 65 da Lei de Licitações, cuja recusa somente ocorrerá diante de seguintes situações: (1) ausência de elevação dos encargos, (2) ocorrência do evento anterior à proposta, (3) culpa do contratado pela majoração de seus encargos. Por isso, uma vez provada a ocorrência de variáveis que tornam onerosos os encargos do contratado, cabe a Administração prover os meios para restaurar a situação originária, de modo que o particular não assumam tal ônus, tendo por fundamento a citada teoria da imprevisão, acolhida pela Lei n.º 8.666/93, e fato do príncipe.

18. Por via oblíqua, vislumbra-se que a Jurisdicionada reconheceu inicialmente que o contrato sofreu desequilíbrio na sua equação econômico-financeira, que foi suportado pela empresa contratada, bem assim que o



pedido suscitado de reequilíbrio da equação encargo e remuneração foi operado em tempo hábil. Nesse caso, as evidências materiais acerca do rompimento do equilíbrio da equação financeira do contrato mostraram-se suficientes, cujos fatos reclamaram o restabelecimento da relação contratual, afigurando-se no mundo jurídico direito da representante e dever da contratante.

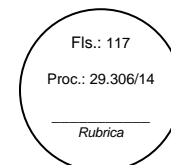
19. Em assim sendo, inexistindo discricionariedade, cabe à Jurisdicionada examinar a situação à época da proposta e a atual, verificando se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada, como fez; e, se de fato constatando alterações, nos termos previstos em lei, como foi constatado, têm-se que a remuneração do contratado deverá ser alterada proporcionalmente à modificação sofrida, restabelecendo o *status quo* contratual. Estas, pois, são as ponderações iniciais.

20. No caso em tela, o gravame (as horas extras mensais por brigadista, não contempladas na recomposição de preços, segundo registrado pela Subsecretaria de Logística, fls. 159/166 do Anexo IV) foi reconhecido como legítimo, porém não foi operado em razão do Parecer n.º 094/2012-PROCAD/PGDF, que entendeu intempestivo o pleito da contratada (Carta n.º CT 068/10), por ter sido feito após o término do contrato, cuja retroatividade de pagamento estaria contrariando entendimento desta Corte firmado na Súmula n.º 2, no sentido de que “não é admissível a retroatividade de convênios e contratos” (fls. 142/143 do Anexo IV).

21. Em sede, a Carta n.º CT 068/10 (fl. 111 do Anexo IV), proveniente da empresa Técnica Construção, Comércio e Indústria Ltda, objeto desse parecer, datada de **17 de dezembro de 2010**, posterior à vigência do Contrato n.º 19/2008-SEPLAG, tem por foro o pagamento das citadas 12 horas extras dos brigadistas, em razão de que, segundo se abstrai, a repactuação, em função da Lei n.º 11.901/2009, não contemplou as horas extras reclamadas. A Unidade de Coordenação e Administração de Contratos e Convênios, ao examinar referido pleito, manifestou-se por meio da Nota Técnica n.º 29/2011 (fls. 125/128 do Anexo IV), sugerindo o indeferimento do pedido, por considerá-lo intempestivo, cabendo anotação dos seguintes excertos dessa nota (fl. 127 do Anexo IV), *in verbis*:

[...]

7. diante de todo exposto, verificamos que a empresa Técnica Construção, e Comércio Ltda., pediu de forma tempestiva o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato n.º 019/2008-SEPLAG, em face da aprovação da Lei Federal nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, referente ao pagamento do adicional de periculosidade de 30%, bem como pediu de forma tempestiva a repactuação dos valores tendo em vista as alterações dispostas na Convenção Coletiva da Categoria. **No entanto, a empresa não se manifestou quanto a redução da jornada de trabalho do bombeiro civil, que por força do diploma legal supracitado, foi reduzida de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para 36 (trinta e seis) horas**



semanais, e arcou com os pagamentos, e pelo estranho que possa parecer, após o encerramento do contrato, resolveu pedir o ressarcimento dos valores que pagou aos brigadistas. Cabe ressaltar, que as horas extras foram pagas sem o conhecimento e ou autorização do agente público.

7.1 Como o Contrato 19/2008 – SEPLAG previa a contratação de 16 (dezesesseis) postos de brigadistas e naquele período somente foram utilizados 10 (dez) postos, **o procedimento correto seria o aumento de postos para cobrir a redução da carga de trabalho dos brigadistas, e NÃO o pagamento de horas extras pelo período de 12 meses.**

8. Pela análise seca do Contrato 19/2008 – SEPLAG, foi cumprido o pagamento das 44 horas (quarenta e quatro) horas semanais, inicialmente previstas na licitação, **não cabendo o pagamento de horas extras, uma vez que não houve manifestação contrária da contratada durante a vigência do contrato.**

[...]. (g. n.)

22. Por fim, os referidos pronunciamentos apontam para dois pontos importantes da celeuma: a intempestividade do pedido; e o não reconhecimento do débito, esse, segundo alegado, em razão de que durante a vigência do ajuste a contratada não se manifestou a respeito, além de que, em lugar do pagamento de horas adicionais, poderia ter aumentado os postos de trabalhos, porquanto havia previsão contratual de até 16 postos de brigadistas, podendo cobrir assim a redução da carga de trabalho deles, sem a necessidade das reclamadas horas extras. Em relação a esse ponto, há de se cogitar que possivelmente tal fato ocorreu em razão do não acompanhamento da execução contratual por parte da Administração, permitindo a contratada agir segundo foro íntimo, visando atender o objeto pactuado.

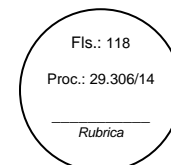
23. No tocante ao tempo em que se deva pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro, com vistas a manter as condições efetivas da proposta, não se vislumbra nos termos do art. 65, inciso II, alínea “d”, a fixação de um prazo ou de período de tempo no interstício da vigência contratual. No peculiar, este Tribunal, por meio da Decisão n.º 1.827/1998 (fl. 84), ao apreciar o tema, proferiu o seguinte:

[...]

c) Em se tratando de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual, com vistas a manter as condições efetivas da proposta, nos termos do art. 65, II, “d”, da Lei n.º 8.666/93, não há prazo ou interstício fixado em lei.

[...].

24. É certo que nestes autos é pacífico direito à recomposição a que a referida empresa faria jus. De outra forma, não se pode olvidar que dito



pleito tem efeito retroativo, possuindo, assim, caráter indenizatório, de modo que o seu reconhecimento afigura-se também de simples reparação de perdas, em relação ao momento em que está sendo reclamado.

25. Ao apreciar caso análogo, o TCU pronunciou-se desta forma nos termos do Acórdão 2094/2010 – Segunda Câmara (Ministro Relator André Luís de Carvalho) e Acórdão 1827/2008 – Plenário (Ministro Relator Benjamin Zymler), conforme trechos dos votos:

Acórdão 2094/2010

[...]

“3. A repactuação de preços não foi editada pelo Decreto nº 2.271/97 como figura jurídica autônoma, mas como espécie de reajuste de preços, a qual, ao contrário de valer-se da aplicação de índices de preços, adota apenas a efetiva alteração dos custos contratuais. Desse modo, não há se falar em inconstitucionalidade quanto ao aspecto previsto no artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal.

4. Sendo a repactuação contratual um direito que decorre de lei (artigo 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/93) e, tendo a lei vigência imediata, forçoso reconhecer que não se trata, aqui, de atribuição, ou não, de efeitos retroativos à repactuação de preços. A questão ora posta diz respeito à atribuição de eficácia imediata à lei, que concede ao contratado o direito de adequar os preços do contrato administrativo de serviços contínuos aos novos preços de mercado.

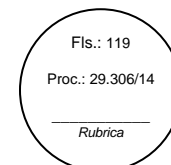
5. A partir da data em que passou a vigor as majorações salariais da categoria profissional que deu ensejo à revisão, a contratada passou deter o direito à repactuação de preços. **Todavia, ao firmar o termo aditivo de prorrogação contratual sem suscitar os novos valores pactuados no acordo coletivo, ratificando os preços até então acordados, a contratada deixou de exercer o seu direito à repactuação pretérita, dando azo à ocorrência de preclusão lógica.”**

[...]

“Diante disso, não poderia a contratada suscitar a repactuação com fulcro no desequilíbrio causado pelo acordo/convenção da categoria dos motoristas de 2001, uma vez que ratificou os preços anteriormente acordados ao assinar o aditivo em 25/04/2002. Somente se a convenção ou acordo coletivo tivesse sido homologado após a assinatura do termo aditivo, a empresa contratada faria jus à repactuação retroativa. Também não há nos autos referência a requisição de repactuação em decorrência da convenção ou acordo coletivo da categoria de motorista no ano de 2002.”

[...]

“No Acórdão 1.827/2008 – Plenário – TCU, após pormenorizada e aprofundada discussão tratada no voto condutor, concluiu-se que, sendo um direito conferido por lei ao contratado, deve ter sua vigência reconhecida desde a data da convenção ou acordo coletivo que fixou o



novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado.

Acrescentou, ainda, que

[...]

65. A adoção da data-base como termo a quo para a incidência dos efeitos da repactuação contratual justifica-se pelo fato de que, regra geral, os efeitos do acordo ou convenção coletiva de trabalho que dispõe sobre majoração salarial retroagem à data-base da categoria que deu ensejo à revisão.

66. Desse modo, considerando que, a partir da data-base, a empresa passa a arcar com o incremento dos custos da mão-de-obra ocasionado pela majoração salarial decorrente do acordo coletivo, a tese ora defendida encontra amparo nos princípios da justa correspondência das obrigações e da vedação ao enriquecimento sem causa, conforme já abordado nos itens 48 e 49 deste Voto.”

[...]

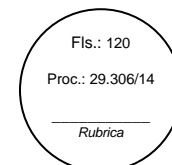
“86. Do que ressaí do entendimento ora perfilhado, o prazo para que a contratada exerça, perante a Administração, seu direito à repactuação terá início, após observado o interregno mínimo de um ano, na data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado (podendo ou não, como mencionado nos itens 65 a 69 deste Voto, retroagir à data-base que ensejar a celebração dos referidos instrumentos) e findará no momento da assinatura de novo termo aditivo. **Ou seja, em termos gerais, o direito de repactuar surgirá quando ocorrer um aumento dos custos do contratado, devendo a repactuação ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente.**

87. Se o contratado não pleitear de forma tempestiva a repactuação e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem realizá-la ou, ao menos, prevê-la expressamente, entendo que ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

88. Constata-se, por conseguinte, a existência de um prazo para o contratado formalizar seu pedido de repactuação, o que, ao meu ver, vai ao encontro da sugestão feita pela Ministro Revisor.

89. Ademais, na linha da proposta do eminente Ministro Aroldo Cedraz, nada impede que o edital deixe sempre claro o prazo acima referido, de forma a esclarecer ao contratado o período dentro do qual deverá exercer, tempestivamente, seu direito à repactuação contratual, podendo esta Corte exarar recomendação nesse sentido.

90. Ainda na esteira da preocupação preconizada pelo Ministro Aroldo Cedraz, reputo conveniente determinar ao Ministério dos Transportes que nas futuras licitações para contratação de serviços contínuos de mão de obra deixe assente nos editais a data a partir da qual deverá ser contado o



interregno de 1 (um) ano para a primeira repactuação. Em regra, será a data base da categoria envolvida. Assim será possibilitado aos licitantes a elaboração de propostas uniformes, tendo como base pressupostos únicos devidamente divulgados.

Vale lembrar que, consoante o Acórdão 1.827/2008 – Plenário, não há prazo legal para solicitar a repactuação, podendo essa ser solicitada a partir da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

Pode-se inferir que caso não seja celebrado aditivo e o contrato tenha sua vigência encerrada, o direito à repactuação subsiste até o fim do prazo prescricional. Nesses casos, não raros, estaria a Administração sujeita, durante alguns anos, após expirada a vigência do contrato, a ter de reconhecer os efeitos retroativos financeiros de contratos e efetuar pagamentos de exercícios anteriores. Tal fato poderia gerar desarranjos e comprometer a programação financeira e orçamentária dos exercícios subsequentes, além de se ter de reconhecer a despesa e inscrevê-la como despesas de exercícios anteriores.

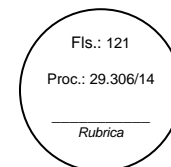
Pelo dito acima, alinhado ao voto revisor de ser o direito intangível, porém disponível, e com base na ideia assentada no pensamento jurídico de que o Direito não socorre aos que dormem, expressa no brocardo latino “dormientibus non succurrit ius”, entende-se que a determinação ao MinC, deve ser no sentido de que se estipule, nos editais e contratos de serviços de duração continuada, prazo, contado da data da homologação da convenção coletiva ou acordo coletivo, para que seja requerida a repactuação, sob pena de ter, uma vez descumprido esse marco temporal, seu direito fulminado e extinto.”

[...].

Acórdão 1827/2008

[...]

86. Do que ressaí do entendimento ora perfilhado, **o prazo para que a contratada exerça**, perante a Administração, seu direito à repactuação terá início, após observado o interregno mínimo de um ano, na data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado (podendo ou não, como mencionado nos itens 65 a 69 deste Voto, retroagir à data-base que ensejar a celebração dos referidos instrumentos) **e findará no momento da assinatura de novo termo aditivo. Ou seja, em termos gerais, o direito de repactuar surgirá quando ocorrer um aumento dos custos do contratado, devendo a repactuação ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente.**



87. Se o contratado não pleitear de forma tempestiva a repactuação e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem realizá-la ou, ao menos, prevê-la expressamente, entendo que ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

88. Constata-se, por conseguinte, a existência de um prazo para o contratado formalizar seu pedido de repactuação, o que, ao meu ver, vai ao encontro da sugestão feita pela Ministro Revisor.

89. Ademais, na linha da proposta do eminente Ministro Aroldo Cedraz, nada impede que o edital deixe sempre claro o prazo acima referido, de forma a esclarecer ao contratado o período dentro do qual deverá exercer, tempestivamente, seu direito à repactuação contratual, podendo esta Corte exarar recomendação nesse sentido.

[...]. (g. n.)

26. Em regra, segundo esse normativo, o contratado deverá pleitear a repactuação durante a vigência contratual, se, porém, prorrogar o contrato sem realizá-la ou prevê-la expressamente, entende-se que ocorrerá a preclusão do direito a repactuar. Semelhante entendimento também proferiu este Tribunal ao exarar a Decisão n.º 6.142/2013, no item II, alínea “b”, *in verbis*:

[...]

II. determinar:

[...]

b) a perda de eficácia normativa da Decisão n.º 325/07, retroativa à edição da IN n.º 02/2008 – MPOG, que entrou em vigência em 22 de julho de 2008, sendo que, **para fins de repactuação, os procedimentos poderão ser revistos, desde que exista demanda regular apresentada pela empresa prestadora de serviço durante a vigência do contrato;**

[...]. (g. n.)

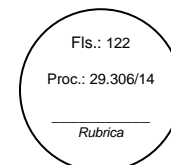
CONCLUSÃO

27. Posto tudo isso, no caso em pauta, extrai-se dos elementos ofertados aos autos estes fatos históricos, que convém registrá-los outra vez, em ordem cronológica, para efeito de fechamento do exame da matéria representada:

a) O contrato foi firmado em 28 de março de 2008.

b) Em decorrência da edição da Lei n.º 11.901, de 12 de janeiro de 2009, a empresa pleiteou, em 19 de janeiro de 2009, a repactuação de preços (fl. 28 do Anexo IV), incluindo na planilha o adicional de periculosidade de 30%.

c) Nesse interregno, a empresa, por solicitação da contratante, apresentou proposta de preços, visando à renovação do contrato, em 27 de janeiro de 2009 (fls. 35/39 do Anexo IV). Em 25 de março de 2009, após retificação de planilhas anteriores, apresentou nova proposta de



preços, para a renovação contratual (fls. 60/64 do Anexo IV).

d) O primeiro aditivo foi firmado em 27 de março de 2009, alterando-se apenas a cláusula de vigência, e permanecendo inalterada as demais cláusulas do Contrato n.º 19/2008-SEPLAG (fls. 71/72 do Anexo IV).

e) Somente em 14 de dezembro de 2009, a contratante procedeu o apostilamento do pedido de repactuação operado em 19 de janeiro de 2009, no qual concedeu os 30% do adicional de periculosidade, bem assim o acréscimo referente ao salário base definido na convenção coletiva de trabalho da categoria - data base 2008 (fl. 93 do Anexo IV).

f) Em 12 de fevereiro de 2010, a contratada ingressou com pedido de reequilíbrio financeiro em relação ao Contrato n.º 19/2008-SEPLAG, requerendo: diferenças advindas da convenção coletiva de 2008/2009 e de 2009/2010 e do adicional de periculosidade (30%), bem como pagamento de 24 horas extras mensais por posto de brigada, devido à escala imposta pela Lei n.º 11.901/2009, de 12x36 horas (fls. 96/108 do Anexo IV).

g) O aditivo contratual expirou em 27 de março de 2010.

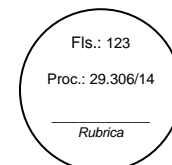
h) Em 25 de maio de 2010, a contratante, ao analisar o pedido, pronunciou-se apenas em relação as horas extras, colocando em exigência o pleito, em cuja oportunidade solicitou a apresentação de novas documentações probatórias dos pagamentos alegados (fl. 110 do Anexo IV).

i) Em 17 de dezembro de 2010, a contratada apresentou os comprovantes de pagamentos solicitados e novas planilhas pleiteando o pagamento de mais 12 horas extras, sob alegação de ter apenas requerido 12 horas extras em vez de 24 horas extras trabalhadas por brigadista, a partir de janeiro de 2009 (fls. 111/124 do Anexo IV).

j) Em 14 de dezembro de 2011, a contratante manifestou-se quanto ao pleito registrado na alínea acima, negando provimento (fls. 125/129 do Anexo IV).

l) Em 27 de fevereiro de 2012, a PGDF manifestou-se também a cerca de referido pleito, e de igual modo opinou pela impossibilidade jurídica do atendimento dele (fls. 139/145 do Anexo IV).

28. Dos acontecimentos retro expostos, sobressaem-se três momentos importantes no processo dos pleitos de repactuação. O primeiro diz respeito à edição da Lei n.º 11.901/2009, que levou a representante a pleitear a repactuação de preços em 19 de janeiro de 2009, durante a vigência contratual, cuja concessão somente foi operada em 14 de dezembro de 2009, na vigência do termo aditivo, após os devidos ajustes feitos pela contratante. O segundo, divisor de águas, tem relação com o termo aditivo, assinado em 27 de março de 2009, em cujos termos manteve as mesmas condições do Contrato n.º 19/2008-SEPLAG. Finalmente, o segundo pleito de reequilíbrio financeiro, operado em 12 de fevereiro de 2010, em cuja oportunidade, pela primeira vez, a empresa requereu a recomposição do



equilíbrio econômico-financeiro em relação as horas extras decorrentes da edição da mencionada Lei n.º 11.901/2009.

29. Diante desse panorama, os fatos conduzem à conclusão de que a empresa Técnica, Construção Comércio e Indústria Ltda. deixou de apresentar a demanda em tempo hábil, ou seja, durante a vigência do Contrato n.º 19/2008-SEPLAG. Além disso, baseado nas disposições do Termo Aditivo, de 27 de março de 2009, a empresa tacitamente assumiu inteira responsabilidade pelas alegadas horas extras, deixando de suscitá-las expressamente naquela oportunidade. Em acréscimo, em razão da celebração do termo aditivo, nasceu uma nova relação contratual, legalmente ajustada entre as partes, encerrando as obrigações contratuais previstas no Contrato n.º 19/2008-SEPLAG. Em suma, a contratada deixou de exercer seu direito à repactuação pretérita, dando ensejo à ocorrência de preclusão lógica, por essa razão a representante não faz jus ao pleito, consoante o normativo da Decisão n.º 6.142/2013¹.

30. Em raciocínio paralelo ao tempo em que se deva operar o pleito de repactuação, emerge razoável a pretensão de a representante ser indenizada pelas pleiteadas horas extras, pagas durante a vigência do Contrato n.º 19/2008-SEPLAG, em razão de fatos que lhe sobrevieram alheios à sua vontade, que se configuraram álea econômica extraordinária e extracontratual, uma vez que a Secretaria, por meio do órgão interno competente, não descaracterizou a prestação das referidas horas extras, negando-as apenas por entender terem sido prestadas sem o conhecimento da unidade executora, por essa razão insta a obrigação da Administração Pública proceder à indenização, se de fato são devidas, apesar do pleito estar fora do prazo, sob a presunção de locupletar-se indevidamente, advindo, por isso, o enriquecimento ilícito.

31. Por outro lado, observa-se que esta demanda está sendo também objeto de reclamação no âmbito do Poder Judiciário, conforme ação ajuizada na Oitava Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal (Processo n.º 2014.01.1.154532-8), fls. 80/83, razão pela qual sugere-se que este Tribunal sobreste o julgamento de mérito até o deslinde da matéria na esfera judicial, que ora se encontra em andamento.

Em razão de sua análise, o órgão técnico sugere que o Tribunal:

I. tome conhecimento:

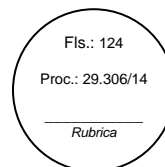
- a) do Ofício n.º 1038/2014-GAB/SEPLAN (fl. 52), dos documentos de fls. 53/63, e do Anexo III;
- b) do Ofício n.º 1082/2014-GAB/SEPLAN (fl. 64), dos documentos de fls. 65/79, e do Anexo IV;

II. sobreste o julgamento de mérito da presente representação até o

¹ [...] para fins de repactuação, os procedimentos poderão ser revistos, desde que exista demanda regular apresentada pela empresa prestadora de serviço durante a vigência do contrato.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



deslinde judicial da ação impetrada pela Empresa Técnica Construção, Comércio e Indústria Ltda., na Oitava Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal (Processo n.º 2014.01.1.154532-8);

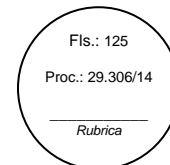
III. dê ciência da decisão que vier a ser proferida à suso empresa e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal;

IV. autorize o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



VOTO

A representação da empresa Técnica Construção, Comércio e Indústria Ltda., questiona, nos autos, a recusa da SEPLAN em proceder ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 19/2008-SEPLAG, alegando, para tanto, modificações decorrentes de lei e de alterações em convenção coletiva de trabalho.

Essas modificações seriam as seguintes:

- ✓ Inclusão do adicional de periculosidade de 30%, em decorrência da edição da Lei nº 11.901/09, com pleito da empresa datado de 19.01.09;
- ✓ diferenças advindas da convenção coletiva de 2008/2009 e de 2009/2010;
- ✓ pagamento de horas extras mensais por posto de brigada, devido à escala imposta pela Lei nº 11.901/09, de 12x36 horas.

A SEACOMP, ao examinar o pleito, separou a questão em três momentos distintos. O primeiro, referente à repactuação requerida em 19.01.09, concedido pela jurisdicionada. O segundo refere-se ao termo aditivo assinado em 27.03.09, em que foram mantidas as mesmas condições do contrato então vigente. E o terceiro, relacionado ao pedido de reequilíbrio apresentado em 12.02.10, oportunidade em que a empresa, pela primeira vez, apresentou o pedido de recomposição referente às horas extras geradas pelo cumprimento dos termos da Lei nº 11.901/09.

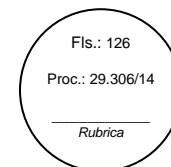
Entende a unidade técnica que a empresa teria, em princípio, deixado de apresentar a demanda de horas extras tempestivamente, ou seja, durante a vigência do contrato, o que configuraria preclusão lógica, nos termos dispostos na Decisão nº 6.142/13.

Sustenta, não obstante essa ressalva, que se mostraria razoável a pretensão de ser indenizada pelas horas extras que tenham sido pagas durante a vigência do Contrato nº 19/2008-SEPLAG. Justifica, em apoio ao seu entendimento que as referidas horas extras ocorreram:

[...] em razão de fatos que lhe sobrevieram alheios à sua vontade, que se configuraram álea econômica extraordinária e extracontratual, uma vez que a Secretaria, por meio do órgão interno competente, não descaracterizou a prestação das referidas horas extras, negando-as apenas por entender terem sido prestadas sem o conhecimento da unidade executora, por essa razão insta a obrigação da Administração Pública proceder à indenização, se de fato são devidas, apesar do pleito estar fora do prazo, sob a presunção de locupletar-se indevidamente, advindo, por isso, o enriquecimento ilícito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



Não obstante essa análise, alerta a instrução que a matéria objeto da representação é também objeto de reclamação judicial, conforme ação ajuizada na Oitava Vara da Fazenda Pública do DF (Processo nº 2014.01.1.154532-8). Sugere, desse modo, que o Tribunal sobreste o exame da matéria até o deslinde da questão na esfera judicial.

Em consulta ao sítio de internet do TJDF, verifico que o referido processo judicial ainda se encontra em fase inicial, relativo à citação do Distrito Federal.

Estou, portanto, de acordo com a proposta do órgão técnico, tendo em vista a jurisprudência do Tribunal pelo sobrestamento dos processos a ele submetidos quando houver demanda judicial tratando da mesma matéria. Aponto, como precedentes, os Processos nºs 14.635/14 (Decisão nº 5.899/14), 1.043/03 (Decisão nº 3.323/13), 3.209/09 (Decisão nº 1.125/11) e 39.750/09 (Decisão nº 1.867/13).

Assim, acompanho a unidade técnica e VOTO no sentido de que o eg.
Plenário:

I – tome conhecimento:

a) do Ofício nº 1038/2014-GAB/SEPLAN (fl. 52), dos documentos de fls. 53/63 e do Anexo III;

b) do Ofício nº 1082/2014-GAB/SEPLAN (fl. 64), dos documentos de fls. 65/79 e do Anexo IV;

II – determine seja sobrestado o exame da representação até o deslinde da ação judicial impetrada pela sua autora junto à Oitava Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal (Processo nº 2014.01.1.154532-8);

III – autorize:

a) a ciência do teor da decisão que vier a ser proferida à autora da representação e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal;

b) o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.

Sala das Sessões, de março de 2015.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora